

■ **Julio Cesar Guimarães de Paula¹**

Em busca da inferência válida: métodos e testes de hipóteses nos estudos legislativos brasileiros

In search of valid inference: methods and hypothesis tests in brazilian legislative studies

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo investigar os fundamentos metodológicos e empíricos dos estudos legislativos no Brasil. O foco da análise será a produção acadêmica sobre o Poder Legislativo brasileiro, tanto no nível nacional, como no nível subnacional, elaborada nos últimos dez anos (2006 a 2015).

Segundo Santos (2006), o ponto de inflexão para os estudos legislativos no Brasil se dá com a publicação, em 1994, do trabalho de Fernando Limongi intitulado *O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente*. O estudo ganha relevância dentro do contexto de reformatação das nossas instituições democráticas e se configurou como um importante balizador teórico e metodológico para o entendimento do Poder Legislativo e, conseqüentemente, do sistema político brasileiro que se ressignificava naquele momento.

Limongi (1994) faz um balanço da literatura norte-americana sobre os estudos legislativos. Literatura está calcada fortemente na perspectiva do novo institucionalismo, ou seja, na “demonstração de

1 Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e aluno do curso de pós-graduação em Estatística Aplicada do Instituto de Ciências Exatas (Icex) da mesma instituição. Belo Horizonte, MG, Brasil. *E-mail* <juliogcpaula@gmail.com>.

que as instituições que organizam o processo decisório são: (a) elas mesmas responsáveis pela estabilidade dos resultados obtidos e (b) influenciam os resultados políticos substantivos”. (LIMONGI, 1994, p. 12). Segundo o autor, as reflexões sobre o Poder Legislativo norte-americano, o mais estudado do mundo, poderiam abrir caminho para o entendimento mais acurado de nossas instituições legislativas. Assim, a literatura especializada norte-americana contribuiu para a melhor compreensão do comportamento parlamentar à luz das instituições. A expressão reflexa dessa contribuição está nos três modelos clássicos de organização legislativa, as abordagens distributivista (MAYHEW, 1974), informacional (KREHBIEL, 1991) e partidária (COX e MCCUBBINS, 1993). Ambas partem do pressuposto de que a configuração institucional afeta as preferências dos legisladores. E que estes, como atores racionais que são, buscariam maximizar suas chances de reeleição. O ponto é que, nos três modelos, a relação entre representantes e instituições produziriam diferentes *outputs* políticos. Em decorrência disso, a lupa dos estudiosos que se dedicam a desvendar o comportamento parlamentar recai, ou sobre os fatores exógenos a estrutura legislativa (modelo distributivista), como, por exemplo, o sistema eleitoral, ou sobre os fatores endógenos (modelo partidário), tais como as regras formais que orientam a estrutura interna dos trabalhos parlamentares.

A ciência política brasileira rapidamente se municiou do aparato teórico-metodológico dos modelos estadunidense, e tratou de propor novas explicações sobre a essência de nossas instituições. O papel do Executivo e sua relação com o Legislativo foi incorporado às primeiras análises. A partir de então, duas visões marcam o debate acerca das instituições políticas brasileiras e de seus resultados. De um lado, estudos que apontam para uma relação conflituosa entre Executivo e Legislativo (ABRANCHES, 1988; SHUGART e CAREY, 1992; MAINWARING, 1993; MAINWARING e SHUGART, 1997; AMES, 2003) e, de outro, trabalhos que apontam a não existência de um conflito estrutural entre os dois poderes (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999; SANTOS, 1997).

Tendo em vista a importância teórica e metodológica do campo de estudos legislativos para a ciência política brasileira, o presente trabalho tem por objetivo discutir as técnicas e os testes de hipótese mobilizados pelos pesquisadores da área para o período de 2006 a 2015. Três aspectos nortearam a presente análise: a estruturação da análise de dados, os mecanismos relativos aos testes de hipóteses e as estratégias de inferências envolvidas nas análises. Para tanto, o presente estudo está dividido em três seções. A primeira intitulada *Entre a inferência e a causalidade* apresenta os aspectos que marcam a consciência metodológica da ciência política contemporânea. A segunda seção apresenta os procedimentos metodológicos do trabalho. A seção seguinte se dedica a apresentar como os estudos legislativos se adequaram aos paradigmas inferenciais, aspectos como os testes de hipótese e o viés de seleção são discutidos nessa seção. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

1. Entre a inferência e a causalidade: a consciência metodológica da ciência política contemporânea

1.1. A consolidação metodológica da Ciência Política contemporânea

A Ciência Política contemporânea teve um ponto de inflexão na construção do conhecimento sobre as realidades políticas e sociais com a publicação da obra *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*, de King, Keohane e Verba (1994)². Os autores empreendem maior sistematicidade aos desenhos de pesquisa nas diversas áreas das Ciências Sociais. E apontam a construção de inferências válidas como o objetivo principal da pesquisa científica. Assim, estabelecer conclusões gerais a partir de traços da realidade é o objetivo dos pesquisadores conscientes e responsáveis metodologicamente (KKV, 1994). Sob esse prisma, os autores estabelecem quatro pontos para a construção de um desenho que proporcione uma investigação social de qualidade: (i) a construção

2 Daqui em diante, usarei a sigla KKV (1994), como referência para King, Keohane e Verba (1994), como a literatura especializada tem usado recorrentemente.

de inferências válidas, tanto pesquisas quantitativas quanto qualitativas têm por objetivo construir, por meio de descrições ou explicações, inferências válidas³; (ii) os procedimentos da pesquisa devem ser públicos, preocupando-se com a comparação e a reprodução dos achados; (iii) o conhecimento científico é incerto, ele tem a premissa de simplificar a realidade e (iv) o conteúdo é o método, foco nas regras de produção do conhecimento, essas determinam a validade dos resultados.

Outros dois conceitos aparecem como fundamentais para a construção de inferências válidas nas pesquisas sociais: confiabilidade e validade. O conceito de confiabilidade pode ser entendido como a consistência entre o conjunto de variáveis e o que se pretende mensurar. Assim, se repetidas medidas forem executadas, as medidas confiáveis serão consistentes em seus valores. Já o conceito de validade representa a relação entre o conceito e as medidas, o quão bem o conceito reflete as medidas (KIRK e MILLER, 1986; KKV, 1994).

É notório que a preocupação com os princípios da inferência válida como guia de produção do conhecimento científico, muito se deve às páginas de *Designing social inquiry*. Segundo Mahoney (2010), o livro formatou a consciência metodológica da Ciência Política contemporânea, na medida em que estabeleceu um guia para a condução da pesquisa social. A preocupação com a pergunta de pesquisa e sua adequação à teoria mobilizada pelo pesquisador, exemplificam bem esse legado. Contudo, diversos trabalhos posteriores passaram a questionar alguns dos fundamentos desenvolvidos por KKV (1994), os principais questionamentos vão em direção às essências metodológicas das tradições, quantitativa e qualitativa de pesquisa. O foco na validade inferencial é o norte da pesquisa social e a abordagem metodológica utilizada (quantitativa e qualitativa) deve-se orientar em tal perspectiva. Os críticos apontaram para um viés quantitativo ao guia de pesquisa proposto por KKV (1994). Em *Rethinking social inquiry: diverse tools, shared standards*, obra

3 KKV (1994) reconhecem a importância das análises descritivas, mas atestam que a cientificidade da Ciência Política preconiza a mobilização de teorias testáveis.

publicada em 2004 e organizada por Brady e Collier, tal crítica é consubstanciada, as demarcações metodológicas e epistemológicas entre as metodologias quantitativa e qualitativa foram realizadas e, a partir de então, temos a consolidação de um novo cardápio metodológico. Essa abordagem, conhecida como a Nova metodologia qualitativa apontou novas possibilidades para construção de inferências causais na ciência política contemporânea. A busca pela inferência causal preconizada pela Nova metodologia qualitativa pauta-se por pressupostos diferentes das técnicas de regressão, a da lógica frequentista, adotada por KKV (1994).

1.2. A nova metodologia qualitativa e seus pressupostos

Muitos estudiosos têm atestado a robustez metodológica dos estudos de *small-n* (RUESCHEMEYER, 2003; GEORGE e BENNETT, 2005; GERRING, 2007; REZENDE, 2011). Inversamente, KKV (1994) apontam para o caráter indeterminado dos estudos de caso e da impossibilidade de se fazer generalizações a partir de uma amostra restrita. Rueschemeyer (2003) afirma que os estudos de caso podem não apenas desenvolver novas teorias, como, também, testá-las, argumento corroborado por George e Bennet (2005). A partir da lógica defendida por Rueschemeyer (2003), Rezende (2011) atesta que os estudos de caso podem se configurar em um robusto instrumental analítico para compreensão dos processos causais que formatam a realidade a ser estudada. Segundo o autor, “a realidade política é fortemente marcada pela complexidade causal. Estes fenômenos são usualmente produzidos por múltiplas causas, que possuem um caráter dinâmico e são altamente sensíveis ao contexto” (REZENDE, 2011, p. 316). Tal abordagem consolida os métodos de *Process-Tracing* como uma importante ferramenta para a geração de teorias e teste de hipóteses. Esse desenho de pesquisa se caracteriza pela articulação de diferentes fatores causais na análise dos fenômenos sociais e políticos.

Assim, o *Process-Tracing* é uma ferramenta que procurar dar conta das complexas conexões causais existentes entre agentes,

contextos e instituições em situações historicamente delimitadas (BENNETT e CHECKEL, 2015).

Além dos estudos de Process-Tracing, ganha relevância no contexto da nova metodologia qualitativa a análise histórico-comparada, que tem como foco a identificação das sequências causais que geram resultados nas macroestruturas sociais (MAHONEY e RUESCHMEYER, 2003). Assim, o foco nas sequências causais é de fundamental importância para uma melhor apropriação por parte do pesquisador do objeto de estudo. O mapeamento dessas sequências abre espaço para a identificação das condições necessárias e suficientes e para o diagnóstico dos casos similares e dissonantes. Segundo Mahoney e Rueschmeyer (2003), o diagnóstico das sequências causais de um pequeno número de casos possibilita, ao pesquisador, além de desenvolver novas explicações, aprimorar e revisitar pressupostos teóricos pré-existentes.

O desenvolvimento da *nova metodologia qualitativa* também favoreceu a consolidação dos *Set-Theoretical Methods* (RAGIN, 1989, SCHNEIDER e WAGEMANN, 2012). Nesse contexto, ganha relevância a *Análise Qualitativa Comparativa* (QCA)⁴, que traz em seu bojo, um conjunto de técnicas pensadas a partir da lógica de conjuntos, os métodos de *crisp-sets* QCA, *fuzzy-sets* QCA, ou *Multi-Value* QCA, são exemplos desse instrumental metodológico, caracterizado por representar um meio-termo entre as lógicas quantitativa e qualitativa de pesquisa. Assim, QCA representa a possibilidade de obter uma maior generalização dos resultados pelo fato da técnica legitimar a análise de um número médio de casos. A modelagem fundamentada pela álgebra booleana permite ao pesquisador trabalhar com a ideia de regularidade, na medida em que propõe uma relação entre condições e resultados. Condições necessárias e suficientes para que um evento ocorra. A complexidade causal é o ponto-chave das abordagens vinculadas ao *Set-Theoretical*

4 Segundo Lijphart (1971), o método comparativo é caracterizado pela análise de um pequeno número de casos, e devido às limitações de tempo, energia e recursos financeiros, é um método robusto para se entender a vida política, pois permite captar melhor a diversidade dos fenômenos estudados. Sob esse prisma, as análises de QCA podem ser consideradas tributárias da ideia de método comparativo, proposta por Lijphart (1971).

Methods, assim, além da ideia de condições necessárias e suficientes, os fundamentos da equifinalidade⁵, da causalidade conjuntural e da assimetria também norteiam tal perspectiva metodológica (SCHNEIDER e WAGEMANN, 2012).

Fica claro que as décadas recentes marcaram o ressurgimento efetivo das ferramentas de pesquisa qualitativa. Esse portfólio metodológico à disposição dos cientistas políticos criou diversas possibilidades para se chegar à validade inferencial tão perseguida pela disciplina. Todo o alicerce teórico preconizado pela *Nova Metodologia Qualitativa* se baseou na crítica aos fundamentos da obra seminal de KKV (1994). Collier, Brady e Seawright (2004) afirmam que a divisão fundamental nos estudos sobre metodologia não está nas abordagens quantitativa e qualitativa, e nem entre as investigações *large-N* ou *small-N*. São os estudos observacionais e experimentais que dividem os desenhos de pesquisa, segundo os autores. Nos estudos experimentais, o pesquisador tem o controle e a capacidade de atribuir randomicamente valores da variável independente. Já em estudos observacionais, os pesquisadores observam valores da variável independente na realidade, sem atribuições randômicas ao grupo de tratamento (COLLIER, BRADY e SEAWRIGHT, 2004). Em *Designing social inquiry*, KKV (1994) empregam um modelo de causalidade pautado na lógica contrafactual⁶ para dados observacionais. O que leva Collier, Brady e Seawright (2004) a afirmar que KKV (1994) trabalham erroneamente com a ideia de controle pleno dos resultados, controle este que seria inspirado em modelos experimentais como os produzidos por Neyman (1990 [1923]) e Rubin (1974, 1978, 1990). Nesse sentido, é importante lembrar que proposições causais pautadas na lógica contrafactual, passam pelo chamado *problema da inferência causal*. Uma tentativa de resolução

5 Existência de múltiplos caminhos causais que levam ao mesmo resultado. "Nas explicações históricas, típicas da pesquisa comparativa na ciência política e na qual se enquadram os casos, os pesquisadores usualmente lidam com uma ampla gama de conexões causais, nas quais os processos de equifinalidade envolvidos são múltiplos e muito dificilmente os pesquisadores podem considerar que resultados similares são produzidos pelas mesmas causas." (REZENDE, 2011, p. 302).

6 A proposição de inferência causal de KKV (1994) se pauta na falseabilidade, na generalização, na ideia probabilidade e na análise contrafactual.

desse impasse legitimou uso na ciência política dos *Modelos de Resultados Potenciais*.

1.3. O Modelo de Resultados Potenciais

A ideia básica dos modelos *Potential Outcomes*, ou modelo *Neyman-Rubin*, é encontrar uma solução para o *problema central da inferência causal* em que se afirma a impossibilidade de se observar em simultâneo uma mesma unidade de análise sendo exposta a condição de tratamento e de controle (HOLLAND, 1986). Os *Modelos de Resultados Potenciais* são formalizados com o objetivo de construir simulações contrafactuais que permitem comparar os casos. Quando a randomização é possível, os grupos contrafactuais são gerados “naturalmente”, esse é o caso dos desenhos experimentais. Sabe-se que é humanamente impossível observar o mesmo indivíduo em estados diferentes ao mesmo tempo, por exemplo, tratamento e controle. A partir da impossibilidade desse controle, o modelo *Neyman-Rubin* formalizou a possibilidade de se estimar o efeito causal médio – *Average Treatment Effect (ATE)*. O efeito causal médio pode ser entendido como o efeito causal do tratamento na média em uma população. A notação⁷ a seguir pretende ilustrar tal ideia:

$$D = E(Y_i(1) \mid T_i = 1) - E(Y_i(0) \mid T_i = 0) + [E(Y_i(0) \mid T_i = 1) - E(Y_i(0) \mid T_i = 0)] \quad (1.1)$$

$$D = ATE + [E(Y_i(0) \mid T_i = 1) - E(Y_i(0) \mid T_i = 0)] \quad (1.2)$$

$$D = ATE + B \text{ (viés de seleção)} \quad (1.3)$$

O termo $E(Y_i(1) \mid T_i = 1) - E(Y_i(0) \mid T_i = 1)$ é o *Efeito Causal Médio do Tratamento (ATE)*. O *ATE* tem como fundamento a ideia de que os indivíduos $Y_i(1)$ (tratados) foram atribuídos aleatoriamente ao grupo de tratamento e os indivíduos $Y_i(0)$ (não tratados) teriam igual probabilidade de participarem do grupo de tratamento. Assim,

⁷ A formalização foi baseada substancialmente em *Hanbook on Impact Evaluation: quantitative methods and practices – The World Bank*. Porém, contou com contribuições de Angrist e Pischke (2008) e de Menezes Filho (2012).

ele é a diferença entre a média da variável de resultado os tratados na condição de tratados e a média para esses mesmos indivíduos na situação contrafactual de eles não terem passado pelo tratamento. Já o termo $[E(Y_i(0) | T_i = 1) - E(Y_i(0) | T_i = 0)]$ é o viés de seleção, que é a diferença das médias da variável de resultado na condição de não tratamento $Y_i(0)$, quando os indivíduos participam ($T = 1$) ou ($T = 0$) do tratamento. É importante destacar que o termo de viés de seleção está associado à atribuição não aleatória ao grupo de tratamento. Dessa forma, o problema do viés de seleção⁸ é o problema central da noção de causalidade proposta por modelos contrafactuais como o modelo Neyman-Rubin. Contudo, técnicas como: aleatorização, diferenças em diferenças, pareamento, variáveis instrumentais, regressão descontínua e efeitos sintéticos, estão à disposição dos pesquisadores para a resolução dos problemas de viés de seleção e, por consequência, para ajudá-los na produção de inferências válidas, objetivo fundamental da ciência política contemporânea.

1.4. O pluralismo inferencial e o modelo de engrenagens analíticas

Diante do exposto, fica claro que existe à disposição dos cientistas políticos um amplo portfólio metodológico para se chegar às inferências causais válidas, portfólio que teve seu marco inicial com a publicação de *Designing social inquiry*. Esse leque multifacetado de possibilidades inferenciais levou Rezende (2016) a cunhar o termo *pluralismo inferencial*, em que coexistem múltiplas lógicas de causação para a produção de inferências válidas. A ideia do *pluralismo inferencial* é a expressão reflexa do robusto cardápio metodológico a disposição dos pesquisadores.

Assim, segundo Rezende (2016), os padrões de cientificidade da Ciência Política contemporânea se constituem em balizadores da produção acadêmica atual. O que se observa a partir da análise da produção de alto fator de impacto é a crescente preocupação dos

8 Para que o viés de seleção tenha média igual a zero, a média observada para os não tratados deve ser igual à média do grupo contrafactual $E[Y_i(0)|T_i=1]$. Porém, esse fator não é observável, daí a necessidade de utilização de técnicas de randomização.

pesquisadores em mobilizarem estratégias voltadas para a geração de inferências causais válidas a partir de dados experimentais e observacionais (REZENDE, 2016). A partir da análise das técnicas mobilizadas pelos pesquisadores para testar suas hipóteses pretende-se, em boa medida, diagnosticar os fundamentos do ajuste inferencial da produção acadêmica sobre nossas instituições legislativas. Acredita-se que a consolidação teórica e metodológica da área (FIGUEIREDO e SANTOS, 2016) nos dará a ideia da magnitude e da qualidade das inferências realizadas pelos pesquisadores brasileiros.

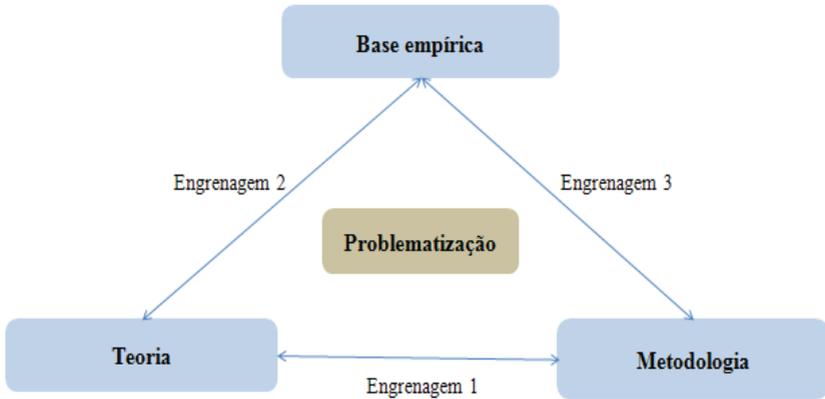
O trabalho de Santos (2009) apontou para uma relação umbilical entre os estudos legislativos e as teorias positivas (SHEPSLE e WEINGAST, 1994), fato que remete à análise de dados e a postulação de relações de causalidade. Esse fazer científico “positivista” que busca uma associação entre empiria e teoria é o que marca os estudos legislativos no Brasil no período analisado pelo autor (1995 a 2005). O balanço da cientificidade dos estudos legislativos e sua adequação ao que Rezende (2016) chamou de *ajuste inferencial* é o cerne do trabalho.

O método escolhido para empreender tal investigação foi o Modelo de Engrenagens Analíticas (MEA). Desenvolvido por Rezende (2015), o MEA se propõe a ser um protocolo de investigação científica. Nele, os desenhos de pesquisa são tomados como objetos de pesquisa. Nesse sentido, o MEA se configura como um robusto método de análise comparada dos desenhos de pesquisa, fato que atesta a importância destes para a geração de conhecimento científico válido. Segundo Rezende (2015, p. 9),

o MEA pode ser concebido com um triângulo equilátero cujos vértices são exatamente a Base Empírica, a Teoria e a Metodologia. O centro do triângulo é ocupado pela problematização, dado que qualquer desenho de pesquisa está intrinsecamente associado a um problema específico de pesquisa empírica.

As engrenagens analíticas representam as relações entre cada um dos vértices.

Figura 1. Modelo de Engrenagens Analítica (MEA)



Fonte: Rezende (2015).

O quadro a seguir sintetiza as engrenagens analíticas que compõem o MEA; apresenta as suas dimensões constitutivas e seus conceitos definidores. No centro do triângulo, Rezende (2015) coloca a problematização do aspecto orientador de qualquer desenho de pesquisa.

Quadro 1. Descrição do Modelo de Engrenagens Analíticas (MEA)

Engrenagens	Integração	Descrição	Conceitos-chave
Engrenagem 1	Teoria – Metodologia	Revela a importante conexão entre os elementos teóricos e os recursos metodológicos mobilizados. Ela revela sobre duas categorias relevantes: a lógica de causalção e os padrões de explicação (teoria).	Lógica de causalção Padrões de explicação

Engrenagem 2	Teoria – Base Empírica	Informa sobre como as teorias são conectadas ou convertidas à realidade empírica. Conjugação entre conceitos e dados empíricos.	Formação de conceitos Mensuração Geração de hipóteses Construção de medidas
Engrenagem 3	Base empírica – Metodologia	Informa sobre como as diversas metodologias existentes na Ciência Política são encaixadas com os dados empíricos, os quais serão fundamentais para permitir entender o “como” os dados serão interpretados a partir de hipóteses testáveis geradas na Engrenagem 2.	Análise de Dados Teste de hipótese Estratégias inferenciais

Fonte: Rezende (2015).

Assim, o foco do estudo está na análise da produção acadêmica sobre o Poder Legislativo no Brasil nas dimensões nacional e subnacional no período de 2006 a 2015, com o intuito de averiguar quais as técnicas utilizadas pelos pesquisadores. Assim, por meio do estudo dos testes de hipóteses, o presente trabalho pretende colocar luz sobre as estratégias de inferências mobilizadas. Fica claro que o foco do presente trabalho está nos aspectos definidores da Engrenagem 3, a saber, os testes de hipótese e as estratégias inferenciais. Sob esse prisma, acredita-se que tal tarefa seja fundamental não apenas para o diagnóstico da área, como, também, para apontar novos caminhos para a Ciência Política brasileira e para o campo de estudos legislativos.

2. Procedimentos metodológicos e organização dos dados

Foram estabelecidos dois passos para a execução da pesquisa:

Primeiro Passo (coleta dos casos): seleção dos períodos da área de Ciência Política e Relações Internacionais classificados pelo *Qualis/Capes* em: A1, A2, B1, B2 e B3.

Segundo Passo (organização dos dados): essa etapa do trabalho contou com a disponibilização da base de dados do professor Ranulfo Paranhos, da Universidade Federal de Alagoas, que, em sua tese de doutoramento,⁹ defendida na Universidade Federal de

9 Tese intitulada *Conexões inglórias – demandas sociais e produção legislativa subnacional no Brasil*, apresenta, em seu primeiro capítulo, uma revisão sistemática da literatura sobre os estudos legislativos no Brasil.

Pernambuco, realizou uma revisão sistemática da literatura sobre o Poder Legislativo no Brasil no período de 1994 a 2013. Para os anos de 2014 e 2015 foram consultados repositórios dos respectivos periódicos, com o objetivo de realizar o levantamento mais exaustivo o possível. Os livros e capítulos de livros foram selecionados mediante consulta a especialistas da área, a *sites* especializados e ao Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A base de dados final contou com 131 casos. Desses, 101 (78%), correspondem a artigos publicados em periódicos vinculados ao *Qualis/Capes*, e 30 (23%), publicados em livros destinados ao entendimento do Poder Legislativo brasileiro nas suas dimensões nacional e subnacional.

3. Estudos legislativos: lógicas inferenciais e natureza metodológica da produção acadêmica

Por meio do protocolo de investigação criado para execução da presente pesquisa, foi possível atestar o quanto a produção acadêmica se adequa ao ajuste inferencial. Segundo KKV (1994), o objetivo principal das Ciências Sociais é a construção de inferências válidas, com foco nas explicações e generalizações. Assim, sejam elas descritivas ou causais, as inferências devem ser o foco principal dos desenhos de pesquisa, sejam elas de orientação qualitativa ou quantitativa. Para os autores, é impossível a construção de explicações causais robustas sem uma boa análise descritiva do fenômeno estudado. Como, também, uma análise descritiva pura e simples perde o sentido se não preconizar algum tipo de explicação causal. Assim, a inferência descritiva pode ser definida como a compreensão de fenômenos não observáveis a partir de um conjunto de observações. Já a inferência causal passa pela introdução de variáveis independentes para explicar a variação de determinada variável dependente (KKV, 1994). A partir das definições de KKV (1994), foi possível diagnosticar o aparato inferencial mobilizado pelos estudos legislativos brasileiros. Dos 131 trabalhos analisados, 74 (56%), mobilizaram a inferência descritiva em seus desenhos

de pesquisa; 42 trabalhos, (32%), se vincularam aos pressupostos da inferência causal, e apenas 15 estudos (11%), não promoveram nenhum tipo de explicação em suas análises, dedicando-se apenas à descrição de fenômenos ou instituições.

3.1. A natureza metodológica e a abordagem quanti-quali

Sabe-se que segundo KKV (1994), os pressupostos inferenciais se vinculam tanto às pesquisas qualitativas quanto quantitativas. Assim, toda pesquisa social quantitativa, qualitativa, comparativa, descritiva ou explicativa, deverá apresentar relevância teórica e prática, embasamento teórico e rigor metodológico (SÁTYRO, *et. al.* 2016). Porém, diferentes tradições disciplinares contribuíram de diferentes modos para a execução consciente dos desenhos de pesquisa, o quadro a seguir apresenta uma demarcação metodológica entre os objetivos das estratégias de pesquisa.

Quadro 2. Os objetivos e as estratégias da pesquisa social

	Pesquisa Qualitativa	Pesquisa Comparativa	Pesquisa Quantitativa
Identificação de Padrões		Secundário	Primário
Testes e refinamento de teorias	Secundário	Secundário	Primário
Predições		Secundário	Primário
Interpretação significativa	Primário	Secundário	
Exploração de diversidade	Secundário	Primário	Secundário
Dando voz	Primário		
Desenvolvimento de novas teorias, esclarecimento de mecanismos causais	Primário	Primário	Secundário

Fonte: Sátyro *et. al.* (2015) apud (RAGIN, 1994, p. 51).

A partir das demarcações traçadas por Ragin (1994) foi possível categorizar a produção acadêmica relacionada aos estudos legislativos brasileiros. Procurou-se investigar a natureza metodológica da produção acadêmica. Os dados atestaram a predominância do uso majoritário do arcabouço quantitativo. Dos 131 trabalhos

analisados, 106 (81%), vincularam-se de alguma maneira a esse instrumental. A abordagem qualitativa foi utilizada em 18 (14%) trabalhos. Ambas as abordagens foram utilizadas por apenas 7 (5%) trabalhos.

No entanto, segundo Rezende (2016), um dos pilares do ajuste inferencial é a integração entre os métodos quantitativos e qualitativos. Essa

“lógica unificadora tem gerado um gradual processo de erosão de crenças tradicionais, podendo-se identificar um novo momento de transformação institucional profunda na disciplina em que a pesquisa multimétodo passa a ser desejável como ideal (REZENDE, 2016, p. 30).

O exame dos desenhos de pesquisa sobre o Poder Legislativo no Brasil atestou que a integração entre métodos quantitativos e qualitativos não é uma realidade. Dos 131 trabalhos analisados, apenas sete utilizaram simultaneamente técnicas qualitativas e quantitativas de análise de dados. Ao lado das estatísticas descritivas, os trabalhos mobilizaram técnicas como observação participante (BRAGA *et. al.*, 2009), análise qualitativa das proposições legislativas (POGREBINSCHI *et. al.*, 2011), entrevistas em profundidade (SANTOS *et. al.*, 2015) ou mesmo estudos de caso (DINIZ *et. al.*, 2008; Diniz, 2012). Porém, o uso simultâneo em um mesmo desenho de pesquisa de técnicas qualitativas e quantitativas não atesta, por si só, a integração entre as naturezas. Os pressupostos da Nova Metodologia Qualitativa não são uma realidade nos casos selecionados (COOLIER, BRADY e SEAWRIGHT, 2004; MAHONEY, 2010; MAHONEY e GOERTZ, 2006). Nesse contexto, merece destaque o estudo de Santos *et. al.* (2014), no qual os autores analisam as condições em que os presidentes dominam a agenda legislativa na América Latina e trabalham com Análise Qualitativa Comparativa (QCA) e Modelo Saturado de Regressão, tendo como norte a produção de inferência causal válida.

3.2. Os estudos legislativos e os testes de hipóteses

Rezende (2016) afirma que um dos pilares da Ciência Política contemporânea é a *Orientação por Modelos Hipotético-Dedutivos*. Essa orientação tem sua expressão reflexa na geração de teorias falseáveis, orientação por modelos formais e uso intensivo dos testes de hipóteses. Assim, o uso de métodos estatísticos e econométricos de análise de dados torna-se fundamental para a consubstanciação de tal pilar. O quadro a seguir sintetiza os principais testes de hipóteses realizados pelos pesquisadores sobre o Poder Legislativo no Brasil. Percebe-se uma forte prevalência de modelos de regressão, com destaque para os modelos lineares e (Logit/Probit). Modelos de regressão logística multinomial e binomial negativo, também foram utilizados. Os trabalhos de Ferreira Junior *et. al.* (2012) e Ricci *et. al.* (2012) destacam-se pelo uso de novas alternativas inferenciais, *Process-Trancing* e Experimento Natural, respectivamente.

Quadro 3. Estudos legislativos e os principais testes de hipóteses

Técnica	Trabalhos
Regressão Linear	Roma (2007), Cervi (2009), Miranda (2009), Castro <i>et al.</i> (2009), Inácio <i>et al.</i> (2009), Montero <i>et al.</i> (2009), Saiegh (2009), Montero <i>et al.</i> (2009), Power (2011), Santos (2012), Inácio <i>et al.</i> (2013), Soares (2013), Santos <i>et al.</i> (2014), Gonzalez <i>et al.</i> (2015), Cheibub <i>et al.</i> (2009), Santos <i>et al.</i> (2014).
Regressão Logística (Logit/Probit)	Neiva (2006), Cheibib <i>et al.</i> (2009), Perissinotto <i>et al.</i> (2009), Pereira <i>et al.</i> (2009), Inácio (2009), Santos <i>et al.</i> (2011), Soares (2012), Neiva <i>et al.</i> (2012), Neiva <i>et al.</i> (2013), Nunes (2013), Santos (2014b), Batista (2015), Santos <i>et al.</i> (2015), Zucco Jr (2011).
Qui-quadrado	Mancuso (2007), Miguel <i>et al.</i> (2009), Araújo <i>et al.</i> (2009), Neiva (2006), Cervi (2009).
Regressão Logística Multinomial	Melo (2011), Ames <i>et al.</i> (2011), Nunes (2012), Inácio <i>et al.</i> (2015), Melo (2015).
Anova	Araújo <i>et al.</i> (2009), Melo <i>et al.</i> (2009), Neiva (2006).
Teste T	Roma (2007), Cervi (2009), Perissinotto <i>et al.</i> (2009) Silva Junior <i>et al.</i> (2012).
Análise Fatorial	Inácio (2011), Silva Junior <i>et al.</i> (2012).
W-Nominate/Nominate/Ideal	Zucco Jr. (2011), Hiroi <i>et al.</i> (2014).

Binomial Negativo	Santos <i>et al.</i> (2011).
Process-trancing	Ferreira Junior <i>et al.</i> (2012).
QCA	Santos <i>et al.</i> (2014).
Regressão Poisson	Santos <i>et al.</i> (2015).
Experimento Natural	Ricci <i>et al.</i> (2012).

Fonte: Elaboração própria.

A partir da análise dos testes de hipótese realizados pelos pesquisadores do Poder Legislativo no Brasil, o próximo passo está na discussão das estratégias de identificação mobilizadas por esses pesquisadores. Esse será o tema da próxima seção.

Estudos Legislativos e as estratégias de identificação

Outro pilar definidor da Ciência Política contemporânea é a *Demanda crescente por identificação*. Como dito ao longo do trabalho, a disciplina tem se voltado para a construção de inferências causais válidas. Assim, os desenhos de pesquisa formulam diversas estratégias de identificação que permitem ao pesquisador compreender como as causas levam aos efeitos na realidade empírica observada (REZENDE, 2016). Ainda segundo Rezende (2016, p. 35), “o problema da identificação reside em estabelecer se as proposições causais supostas pelos modelos teóricos efetivamente ocorrem (e se confirmam) na realidade empírica”. Assim, quando a identificação é realizada de maneira eficiente, problemas como endogeneidade, viés de seleção, causalção reversa e viés de variável omitida são resolvidos mais facilmente.

Na economia, a conexão entre identificação e qualidade inferencial tem gerado aquilo que se convencionou chamar de *Revolução de Credibilidade* (ANGRIST e PRISCHKE, 2009; REZENDE, 2016). Tudo indica que um caminho análogo à Ciência Política tem trilhado desde meados da década de 1990, especialmente.

O viés de seleção

Uma das questões mais latentes na pesquisa social é a constituição do grupo contrafactual. Idealmente, o melhor grupo de comparação para os indivíduos tratados seria formado pelos mesmos indivíduos na situação em que eles não fossem tratados. Assim, um dos grandes desafios colocados para os pesquisadores na atualidade seria encontrar um grupo de indivíduos que representasse adequadamente a situação de não tratamento, ou seja, um grupo que funcione como um bom contrafactual do grupo tratado (FOGUEL, 2012). Assim, vários procedimentos estão à disposição dos pesquisadores para mitigar aqui o que se convencionou chamar de *viés de seleção*. O arcabouço mais utilizado é a ideia de *Resultados Potenciais*, que tem como cerne a potencial existência de uma situação contrafactual. Técnicas como: *aleatorização, diferenças em diferenças, pareamento, regressão descontínua e efeitos sintéticos*, estão à disposição dos pesquisadores para a resolução dos problemas de viés de seleção e, por consequência, para ajudá-los na produção de inferências causais válidas.

Dos 131 artigos analisados, dois merecem destaque nas tentativas de correção do viés de seleção nos seus respectivos desenhos de pesquisa. Como dito anteriormente, o trabalho de Ricci *et. al.* (2012), que discute o uso das medidas provisórias nos estados brasileiros, adotou como estratégia metodológica a construção de um quase-experimento ou experimento natural. Assim, a ocorrência de um evento fortuito ou imprevisto permite formar grupos de tratamento e controle parecidos em diversos aspectos. Regras institucionais podem se configurar como o mecanismo de separação entre dois grupos. No caso do estudo de Ricci *et. al.* (2012), as medidas provisórias dividem os estados em dois grupos, os que possuem (grupo de tratamento) e os que não possuem (grupo de controle); esse desenho de pesquisa propiciou um estudo sobre a robustez do uso das medidas provisórias no nível subnacional brasileiro.

O trabalho de Neiva (2006), também se preocupa com a questão do viés de seleção, porém, não utilizada nenhuma das técnicas descritas anteriormente. O autor mobilizou uma técnica canônica

na econometria aplicada, o modelo proposto por Heckman (1979). Por definição, o Modelo Heckman opera em dois passos. No caso do estudo de Neiva (2006), o primeiro passo avalia a possibilidade da existência de uma Câmara Alta e o segundo avalia o poder das Câmaras Altas. O modelo gera um fator de controle de viés na primeira equação, um *Lambda*. Segundo o autor

O fator de correção (*Lambda*) reflete todas as características não medidas que estão relacionadas ao fato de se criar, ou não, uma Câmara Alta; ele leva em consideração informações existentes nos países unicamerais, que provavelmente teriam poderes maiores que zero (NEIVA, 2006, p. 280).

O que se identificou com o presente estudo é que a preocupação em se discutir o viés de seleção não é latente nos estudos legislativos brasileiros. Apenas a difusão dessas técnicas e a discussão de sua adequabilidade aos desenhos de pesquisa promoverão um debate mais intenso sobre os mecanismos de identificação.

Considerações finais

Os estudos legislativos ocupam uma posição de destaque dentro da Ciência Política brasileira. O desenvolvimento da área é prova inequívoca do processo de acumulação do conhecimento sobre nossas instituições legislativas, em especial da Câmara dos Deputados. Por meio desse processo de desenvolvimento do campo de pesquisa, o interesse pelos estudos legislativos se materializou em pesquisas pautadas na democratização e no processo constituinte, pela preocupação com a paralisia decisória e a dinâmica das coalizões, pela importância das regras internas, pela conexão eleitoral, pela reforma política e pela migração partidária. O estudo intenso do Congresso norte-americano orientou a produção acadêmica e forneceu propostas teóricas e hipóteses para testes.

É patente a consolidação metodológica da área na produção acadêmica nacional, a apropriação daquilo que se convencionou chamar de *ciência normal* já foi diagnosticada (SANTOS, 2006).

Assim, o esforço em utilizar evidências e buscar a associação entre teoria e empiria é uma realidade. Porém, novas questões se colocam para a disciplina na atualidade e só a compreensão do que orienta a produção do conhecimento na Ciência Política é capaz de atestar o quão a área busca a qualidade inferencial. O estudo comparado dos desenhos de pesquisa realizado no presente trabalho nos dá uma fotografia desse cenário.

Rezende (2016) aponta para sete dimensões que orientam o padrão de cientificidade na Ciência Política contemporânea, fatores que evidenciam o ajuste inferencial na disciplina. Segundo o autor, a (i) Preocupação crescente com inferência causal; (ii) Orientação por modelos hipotéticos-dedutivos, (iii) Conexões entre desenhos de pesquisa e qualidade inferencial; (iv) Integração entre métodos quantitativos e qualitativos, (v) Ecletismo analítico; (vi) Elevação da demanda por identificação, e (vii) Primazia dos métodos sobre análise. A partir da análise da produção acadêmica, foi possível diagnosticar que alguns passos devem ser dados pelos pesquisadores na busca pelo ajuste inferencial. Especialmente três aspectos merecem destaque: a inferência descritiva ainda se sobrepõe à inferencial causal, a área ainda é eminentemente quantitativa; a integração entre métodos praticamente não existe, ponto que compromete o ajuste inferencial da área. A preocupação com a identificação não é uma realidade. Questões como viés de seleção, variáveis omitidas e endogeneidade não são discutidas pela grande maioria dos trabalhos. Com relação às técnicas utilizadas, ainda é latente o uso das regressões, sejam elas lineares ou não lineares. Modelos de séries temporais e em painel são residuais. Modelos de causalização contrafactuais são praticamente inexistentes. E modelos experimentais não foram identificados. Desenhos de pesquisa dedicados aos pressupostos da nova metodologia qualitativa também não mereceram a atenção dos pesquisadores.

Assim, é notório que a área de estudos legislativos no Brasil é responsável pela sedimentação da disciplina e legitimou a respeitabilidade de nossos estudiosos em escala internacional. O que o presente estudo diagnosticou é que há espaço para inovações

metodológicas na área. E que, mesmo em uma área já consolidada como estudos legislativos brasileiros, a busca pelo ajuste inferencial deve nortear a construção do conhecimento. Uma ciência que se orienta pela busca do ajuste inferencial é uma ciência mais completa, mais responsável e mais cosmopolita.

Referências (Gerais)

- ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro*. Rio de Janeiro, Dados, vol. 31, n. 1, 1988.
- AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV. 2003.
- ANDREW, Bennett & JEFFREY, T. Checkel (Eds.). *Process tracing: from metaphor to analytic tool*. Cambridge: Cambridge University Press; 329 pages. 2015.
- ANGRIST, J. & PISCHKE, J. *Mostly harmless econometrics: an empiricists companion*. Princeton University Press, Princeton. 2008.
- BRADY, Henry; COLLIER, David. *Rethinking social inquiry*, Rowman and Littlefield, 2004.
- COLLIER, David; BRADY, Henry E.; SEAWRIGHT, Jason. *Sources of leverage in causal inference: toward an alternative view of methodology*. Chapter 13, in Henry E. Brady and David Collier, eds. *Rethinking social inquiry: diverse tools*, Shared Standards. Lanham, MD: Rowman and Littlefield. 2004.
- _____. 2nd ed., Henry E. Brady and David Collier, 161-99. Lanham, MD: Rowman and Littlefield. 2010.
- COX, G. E. MORGENSTERN. Latin American's reactive assemblies and proactive presidents in: MORGENSTERN, Scott E NACIF, Benito (eds.). *Legislative Politics in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press. 2002
- DIERMEIER E KREHBIEL. Institutionalism as a methodology. *Journal of Theoretical Politics*. 2002.
- FIGUEIREDO, Angelina; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. 2. ed., Rio de Janeiro, Editora FGV. 2001.

- _____. O processo legislativo e a produção legal no Congresso pós-constituente. *Novos Estudos Cebrap*, 38: 3-38. 1994.
- _____. Os partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. *Dados – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 38, 3: 497-526. 1995.
- GEORGE, A. L. e BENNETT, Andrew.. Process tracing and historical explanation. In: Cap 10: *Case studies and theory development in the social sciences*. MIT Press Cambridge, Massachusetts London, England, 2004.
- GERRING, John. *Case study research: principles and practices*. Cambridge: Cambridge University Press. 2007.
- HOLLAND, P. Statistics and causal inference. *Journal of the American Statistical Association*, 81(396):945-960. 1986.
- KHANDKER, Shahidur R.; KOOLWAL, Gayatri, B.; SAMAD, Hussain A. *Hanbook on impact evaluation: quantitative methods and practices – The World Bank*, 2010.
- KELLSTEDT, P. M.; WHITTEN, G. D. *Fundamentos da pesquisa em Ciência Política*. São Paulo: Blucher, 2015.
- KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. New Jersey. Princeton University Press. 1994.
- KIRK, Jerome; MILLER, Marc L. *Reliability and validity in qualitative research*. Beverly. Sage, 87p., 1986.
- KREHBIEL, Keith. *Information and legislative organization*. Ann Arbor: University of Michigan Press: 328. 1991.
- LIJPHART, Arend. Comparative politics and the comparative research. *American Political Science Review* 64: 682-93. 1971.
- LIMONGI, F. Estudos legislativos. In: Carlos Benedito Martins; Renato Lessa. (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: ciência política*. 1. ed. São Paulo: Anpocs, v. 1, p. 163-190, 2010.
- _____. O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente. *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, 37: 3-38. 1994.

- _____. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. *In: Novos estudos. Cebrap*, n. 76, p. 17-41, 2006.
- MAHONEY, J. After KKV: *The new methodology of qualitative research*. *World Politics*, 62(1), p. 120-147. 2010.
- MAHONEY, J. & RUESCHMEYER, D. *Comparative historical analysis in the social sciences*. Cambridge studies in comparative politics. Cambridge, U.K./Nova York, Cambridge University Press. 2003.
- MAHONEY, J.; GOERTZ, Gary. A tale of two cultures: contrasting quantitative and qualitative research. *Political Analysis* 14:227-49, 2006.
- MAINWARING, Scott. *Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil*. *Revista Lua Nova*, nº 23/24, p. 25-73.1993.
- MAYHEW, D. R. *Congress: the electoral connection*. New Haven, Yale University Press. 1974.
- MENARD, S. Coefficients of determination for multiple logistic regression analysis. *The American Statistician*, 54(1), 17-24, 2000.
- MENEZES FILHO, Naercio (Org.). *Avaliação econômica de projetos sociais*. São Paulo. Dinâmica Gráfica e Editora, 2012.
- PARANHOS, R. *Conexões inglórias: responsividade e produção legislativa no nível subnacional no Brasil*. Tese de Doutorado (Ciência Política) Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2014.
- PÉREZ-LIÑÁN. *El método comparativo: fundamentos y desarrollos recientes*. Documento de Trabajo; 2008.
- RAGIN Charles C. *Fuzzy-set social science*. Chicago, IL: University of Chicago Press. 2000.
- _____. *Constructing social research: The Unity and Diversity of Method*. Thousand Oaks, CA. Pine Forge Press. 1994.
- REZENDE, Flavio. Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 6. Brasília, julho-dezembro de 2011.
- _____. *Modelos de causalção e o pluralismo inferencial em Ciência Política*. Working Paper. 2015.

- _____. Desenhos de pesquisa e qualidade inferencial na ciência política: o modelo de engrenagens analíticas. *Conexão Política* (UFPI), v. 2, n. 2, 47-66, 2015.
- _____. *Transformações metodológicas na ciência política contemporânea. política hoje* (UFPE. Impresso), v. 24, p. 13-45, 2016.
- _____. *O pluralismo inferencial na ciência política pós-KKV: argumentos e evidências (no prelo)*.
- RUBIN, D. B. Neyman (1923) and causal inference in experiments and observational studies. *Statistical Science*, 5, 472-480, 1990.
- RUESCHEMEYER, D. Can one or a few cases yield theoretical gains?. In: Mahoney, James and Rueschemeyer, Dietrich. *Comparative historical analysis in the social sciences*. New York and Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- SANTOS, Manoel Leonardo. *Teoria e método nos estudos sobre o Legislativo brasileiro (1994/2005)*. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Pernambuco, 2006.
- SÁTYRO, Natália; REIS, B. W. P. Reflexões para a produção de inferências indutivas válidas em Ciências Sociais. *Teoria & Sociedade* (UFMG), v. 22, p. 13-39, 2014.
- SCHNEIDER, Carsten Q.; WAGEMANN, Claudius. Set-theoretic methods for the social sciences. *A guide to qualitative comparative analysis*. Cambridge, UK: Cambridge University Press. 2012.
- SHUGART, Matthew Soberg; CAREY, John M. *Presidents and assemblies: constitutional design and electoral dynamics*. Cambridge, Cambridge University Press. 1992.

Referências (Revisão da Literatura)

- AGUIAR, O. O. *Os atores-chave no processo decisório no âmbito das comissões permanentes*. *E-legis*, v. 12, p. 137-152, 2013.
- AMES, Barry; PEREIRA, C.; RENNÓ, Lúcio. Famintos por pork: uma análise da demanda e oferta de políticas localistas e suas implicações para a representação política. In: Timothy Power e Cesar Zucco. (Org.). *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

- AMORIM NETO, O. O Brasil, Lijphart e o modelo consensual de democracia. *In: Magna Inácio; Lucio Rennó. (Org.). Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- ANASTASIA, Fátima; CORREA, Isabela; Nunes, Felipe. Caminhos, veredas, e atalhos: legislativos estaduais e trajetórias políticas. *In: Raquel Meneguello. (Org.). O Legislativo brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública*. Brasília: Editora do Senado, 2012.
- ARABI, Abhner Youssif Mota. A ascensão do Judiciário e a tensão institucional: judicialização, ativismo e a reação do Poder Legislativo (PEC 33/2011). *Observatório da Jurisdição Constitucional*, v. 1, p. 28-43, 2013.
- ARAÚJO, Paulo Magalhães. Recrutamento parlamentar para o Senado e o perfil dos senadores brasileiros, 1989-2006. *Política Hoje* (UFPE. Impresso), v. 20, p. 550/02-580, 2011.
- ARRETCHE, Marta. The veto power of subnational governments in Brazil. *Brazilian Political Science Review*, v. 2, p. 40-73, 2007.
- BARRETO, A. A. B. Reeleição para a Câmara dos Deputados em 2006: é possível vencer as incertezas do sistema eleitoral?. *Revista Ibero-americana de Estudos Legislativos*, v. 2, p. 27-38, 2012.
- BARROS, A. T.; MARTINS, L. M. O Poder Legislativo e as políticas educacionais: a ótica cidadã sobre o contexto recente. *E-Legis*, v. 15, p. 61-81, 2014.
- BARROS, A. T.; BERNARDES, C. B.; RODRIGUES, M. R. O discurso fundador das mídias legislativas da Câmara dos Deputados. *E-Legis*, v. 7, p. 7-25, 2014.
- _____. Atuação parlamentar virtual: as estratégias dos deputados federais em seus websites. *E-Legis*, v. 6, p. 18-42, 2015.
- BATISTA, Mariana. A conexão ministerial: governo de coalizão e viés partidário na alocação de emendas parlamentares ao orçamento (2004-2010). *Revista Ibero-americana de Estudos Legislativos*, v. 4, p. 3-16, 2015.

- BONVECCHI, Alejandro. Tipos de presidencialismo y efectividad del control legislativo sobre el presupuesto: control político y control técnico en Argentina, Brasil y Mexico, *Revista Iberoamericana de Estudios Legislativos*, vol. 1, 1, Diciembre, 2010.
- BRAGA, M. S. S.; VEIGA, L.; Miríade, Angel. Recrutamento e perfil dos candidatos e eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), v. 24, p. 123-142, 2009.
- BRAGA, Ricardo de J. A Agenda Legislativa do Governo Castelo Branco: um regime político em transição. *E-Legis*, v. -, p. 87-105, 2014.
- BROD, Jairo Luis. Quando o Legislativo não legisla... O caso do Projeto de lei nº 1.151/1995, que disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo. *E-legis*, Brasília, 2009.
- CAMPOS, A. M. Ficha limpa e a resposta congressional: comportamento legislativo e processo decisório. *E-Legis*, 2014.
- CARREIRÃO, Yan de Souza; PERONDI, Eduardo. Disciplina e coalizões partidárias na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (1999-2006). *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), p. 121-141, 2009.
- CARVALHO, V. N. Escolas do Legislativo e a educação para a democracia. *E -Legis*, v. 1, p. 46-61, 2014.
- CASTRO, M. M. M.; ANASTASIA, F.; NUNES, F. Determinantes do comportamento particularista de legisladores estaduais brasileiros. *Dados* (Rio de Janeiro. Impresso), v. 52, p. 961-1001, 2009.
- CERVI, Emerson Urizzi. Produção legislativa e conexão eleitoral na Assembleia legislativa do estado do Paraná. *Revista de Sociologia e Política* (UFPR. Impresso), v. 17, p. 1-1, 2009.
- CHEIBUB, J. A.; FIGUEIREDO, A. M. C.; LIMONGI, F. Partidos políticos e governadores como determinantes do comportamento legislativo na Câmara dos Deputados. *Dados* (Rio de Janeiro. Impresso), v. 52, p. 263-299, 2009.

- CORADINI, O. L. Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos. *Revista de Sociologia e Política* (UFPR. Impresso), v. 18, p. 241-308, 2010.
- CÔRTEZ, C. Reprodução eleitoral, especialização ou cartelização legislativa? A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados em pauta. Brasília. *E-legis*. 2010.
- CUNHA, L. R. Emendamento de medidas provisórias pelo Congresso no Brasil: Congressistas pegando carona na agenda política nacional iniciada no Executivo. *Teoria & Sociedade* (UFMG), v. 22, p. 61-89, 2015.
- DANTAS, Humberto. Coesão, migração e posicionamento partidário na Assembleia Legislativa do estado de São Paulo na legislatura 1999 a 2003. *E-Legis*, v. 3, p. 23-45, 2009.
- DINIZ, Simone. O Senado Federal e a deliberação de atos internacionais no presidencialismo brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), v. 27, p. 169-184, 2012.
- DINIZ, Simone; RIBEIRO, Cláudio. The role of the Brazilian Congress in foreign policy. *Brazilian Political Science Review*, v. 2, p. 10-28, 2008.
- FELISBINO, R. A. Atores e práticas: a produção de leis da elite parlamentar da Câmara dos Deputados nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). *Revista Pensamento Plural*, ano 3, n. 5, Pelotas, julho-dezembro. *Pensamento Plural* (UFPEL), v. 3, p. 103-128, 2009.
- FELISBINO, R. A.; KERBAUY, M. T. M. Deputados estaduais e democracia: valores políticos das elites parlamentares paulista e paranaense. *Opinião Pública* (Revista do Cesop), vol. 19, n. 1, p. 154-167, Campinas, jun. *Opinião Pública* (Unicamp. Impresso), v. 19, p. 154-167, 2013.
- FERREIRA JÚNIOR, N. A. Comissão de Legislação Participativa: a construção da democracia deliberacionista. *E-Legis*, v. 1, p. 4, 2008.

- FERREIRA JÚNIOR, N. A.; PERLIN, G. D. B.; ROCHA, A. B. . Reforma política no parlamento brasileiro: considerações a partir da rejeição política do projeto de lei 1210 de 2007. *E-Legis*, v. 9, p. 24-51, 2012.
- FERREIRA, Marcelo Costa. As migrações partidárias e a correlação de forças na Câmara dos Deputados (1995-2006). *Revista de Sociologia e Política* (UFPR. Impresso), v. 19, p. 205-215, 2011.
- FIGUEIREDO, A. M. C.; LIMONGI, F. Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira. In: Carlos Ranulfo. (Org.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.
- FREITAS, Andréa. Migração partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009. *Dados* (Rio de Janeiro. Impresso), v. 55, p. 951-986, 2012.
- FUKS, M.; FIALHO, Fabrício Mendes. Mudança institucional e atitudes políticas: a imagem pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (1993-2006). *Opinião Pública* (Unicamp. Impresso), v. 15, p. 82-106, 2009.
- GOMES, F. B. C. Cooperação, liderança e impasse entre o Legislativo e o Executivo na produção legislativa do Congresso Nacional do Brasil. *Dados* (Rio de Janeiro. Impresso), v. 55, p. 911-950, 2012.
- GOMES, F. B. C.; CARVALHO, E. L.; REIS, R. Projetos de lei ordinária apresentados na câmara dos deputados entre 1999 e 2006: Tramitação geral e dos relacionados à saúde. *E-Legis*, v. 2, p. 5, 2009.
- GONTIJO, J. G. Relação Executivo-Legislativo e processo de retração de provisões sociais: as reformas da previdência de 1998 e 2003 no Brasil. *Política Hoje* (UFPE. Impresso), v. 21, p. 113-149, 2012.
- GONZALEZ, L , MAMONE, M. I. Who distributes? Presidents, congress, governors, and the politics of distribution in Argentina and Brazil. *Revista Ibero-americana de Estudos Legislativos*, v. 4, 2015.

- GROHMANN, L. G. M. Comparando os Legislativos subnacionais da Argentina e do Brasil. *In: Magna Inácio; Lúcio Rennó. (Org.). Legislativo brasileiro comparado em perspectiva comparada.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.
- GUIMARÃES, A. S.; SCHWARTZ, Fabiano Peruzzo; SOUZA, Juliana Werneck, MELO, Maria Raquel Mesquita. Gestão estratégica no Poder Legislativo: o caso da assembleia legislativa de Minas Gerais. *E-Legis*, v. I, p. 65-83, 2012.
- HIROI, T.; RENNÓ, L. Institutional and partisan sources of legislative conflict: the Brazilian case. *Revista Iberoamericana de Estudios Legislativos*, v. 1, p. 2-12, 2014.
- INÁCIO, Magna. Engajamento parlamentar no Brasil. *In: Timothy Power; Cesar Zucco. (Org.). O Congresso por ele mesmo: autopercepções da elite política brasileira.* 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- _____. Estrutura e funcionamento da Câmara dos Deputados. *In: Carlos Ranulfo de Melo & Manuel Alcántara Sáez. (Org.). A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- _____. Mudança procedimental, oposições e obstrução na Câmara dos Deputados. *In: Rennó, Lúcio; Inácio, Magna. (Org.). Legislativo brasileiro em perspectiva comparada.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- INÁCIO, Magna; AMARAL, Ernesto. Government or opposition? The determinants of legislative support for governors in Brazil. *SAGE Open*, v. 3, p. 1/2158244013502-11, 2013.
- INÁCIO, Magna; BRITO, M.; CYPRIANO, Breno. Conectando deputados, partidos e governos sobre o presidencialismo de coalizão no Brasil e no Chile. *In: Anastasia, F; Inácio, Magna; Mateos Díaz, A.; Mendes, M. R. (Org.). Elites Parlamentares na América Latina.* 1.. ed. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- INÁCIO, Magna; REZENDE, D. Partidos legislativos e governo de coalizão: controle horizontal das políticas públicas. *Opinião Pública*, v. 21, p. 296-335, 2015.

- KERBAUY, M. T. M. As Câmaras Municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. *In: Rachel Meneguello. (Org.). O Legislativo brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública.* 1. ed. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Comunicação Social, 2012.
- LAMEIRÃO, C. R. A Casa Civil e a gestão da coordenação política governamental no presidencialismo de coalizão brasileiro, 1995-2010. *Revista Ibero-americana de Estudos Legislativos*, v. 4, p. 43-56, 2015.
- LEITE, S. C. Análise do recurso contra o poder conclusivo das comissões. Brasília. *E-Legis*. 2010.
- LEMONS, Leany; LLANOS, Mariana. O Senado e as aprovações de autoridades: um estudo comparativo entre Argentina e Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), v. 22, p. 115-138, 2007.
- LIMA, N. L. Análise da atividade legislativa da comissão de seguridade social e família de acordo com as vertentes distributivista e informacional. *E-Legis*, Brasília, 2009.
- LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. Poder de agenda e políticas substantivas. *In: Magna Inácio; Lucio Rennó. (Org.). Legislativo brasileiro em perspectiva comparada.* 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- LODOLA, Germán. Ambições políticas e percursos de carreira em federações “robustas”. *In: Rennó, Lúcio; Inácio, Magna. (Org.). Legislativo brasileiro em perspectiva comparada.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- LUCAS, K. SAMUELS, D. A “coerência” ideológica do sistema partidário brasileiro 1990-2009. *In: Power, Timothy; Zucco Jr., Cesar. (Org.). O Congresso por ele mesmo.* Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- MAGALHÃES, P.; MIRANDA, Geralda L. Entre partidos e distritos: instituições, opiniões e comportamento parlamentar no Brasil, no Chile e na Venezuela. *In: ANASTASIA, Fátima; DIÁS, Araceli; INÁCIO, Magna; ROCHA, Marta. (Org.). Elites parlamentares na América Latina.* 1. ed. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

- MANCUSO, W. P. *O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo*. 1. ed. São Paulo: EDUSP/Humanitas/Fapesp, 2007.
- MARENCO, André. Quando trocar de partido pode não ser um bom negócio: migrações na Câmara dos Deputados, 1987-2002. In: Rachel Meneguello. (Org.). *O Legislativo brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública*. 1. ed. Brasília: Senado Federal, 2012.
- MARENCO, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), v. 22, p. 93-113, 2007.
- MEDEIROS, V. A. S. O espaço e as leis: estratégias para o planejamento da Câmara dos Deputados. *E-Legis*, v. 1, p. 1-19, 2010.
- MELO, Carlos Ranulfo. Avaliando vínculos entre partidos e deputados nas Assembleias Legislativas brasileiras. *Opinião Pública*, v. 21, p. 365-392, 2015.
- _____. Individualismo e partidarismo em doze estados brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), v. 26, p. 57-71, 2011.
- MELO, Carlos Ranulfo; NUNES, F. Ideologia e distância de preferências: uma comparação dos governos Lagos e Lula. In: Magna Inácio; Lucio Rennó. (Org.). *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- MELO, Carlos Ranulfo; SANTOS, B. A. L. A reforma na Câmara: poderia ter sido pior. *Em Debate* (Belo Horizonte), v. 7, p. 19-28, 2015.
- MELO, N. M. L.; BATISTA, Mariana. Diferentes, mas iguais? Padrões de disciplina partidária na Câmara e no Senado. *Política Hoje* (UFPE. Impresso), v. 21, p. 150-185, 2012.
- MESSEMBERG, Débora. A elite parlamentar brasileira (1989-2004). *Sociedade e Estado* (UnB. Impresso), v. 22, p. 309-370, 2007.

- MIGUEL, L. F.; FEITOSA, F. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados. *Dados* (Rio de Janeiro. Impresso), v. 52, p. 201-221, 2009.
- MIRANDA, Geralda L. A delegação aos líderes partidários na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. *Revista de Sociologia e Política* (On-line), v. 18, p. 201-261, 2010.
- _____. A influência da dinâmica eleitoral sobre o comportamento dos partidos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. *Dados* (Rio de Janeiro. Impresso), v. 52, p. 911-959, 2009.
- _____. Executivo, Congresso e parlamentares na estrutura de delegação legislativa do Brasil republicano. *E-Legis*, v. 9, p. 6-23, 2012.
- MONTERO, M. G. SÁEZ, M. A. Os determinantes do sucesso legislativo presidencial na América Latina. In: Magna Inácio; Lucio Renno. (Org.). *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- MONTERO, M. G.; RODRÍGUEZ, Cecilia. Presidencialismo y estancamiento legislativo. In: Anastasia, F; Inácio, Magna; Mateos Díaz, A.; Mendes, M. R. (Org.). *Elites parlamentares na América Latina*. 1. ed. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- MORITZ, M. L. R. F. A atuação parlamentar dos partidos de esquerda: legislando para quem e em nome de quem (1995-1999). *Pensamento Plural* (UFPEL), v. 3, p. 43-75, 2008.
- MULLER, G. A. A. O papel informacional das comissões permanentes da Câmara dos Deputados 1991/1994 1995/1999. *Pensamento Plural* (UFPEL), v. 8, p. 119-142, 2011.
- NEIVA, Pedro. Disciplina partidária e apoio ao governo no bicameralismo brasileiro. *Revista de Sociologia e Política* (UFPR. Impresso), v. 19, p. 183-196, 2011.
- _____. Os determinantes da existência e dos poderes das câmaras altas: federalismo ou presidencialismo? *Dados*, 49, 269-299. 2006.

- NEIVA, Pedro; IZUMI, Maurício. Os doutores da federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. *Revista de Sociologia e Política (on-line)*, v. 20, p. 171-192, 2012.
- _____. Perfil profissional e distribuição regional dos senadores brasileiros em dois séculos de história. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), v. 29, p. 165-188, 2014.
- NEIVA, Pedro; SOARES, Márcia. Senado brasileiro: casa federativa ou partidária? *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), v. 28, p. 97-115, 2013.
- NUNES, Felipe. Coalizões legislativas estaduais: uma análise comparativa dos governos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul entre 1998-2006. *Teoria & Sociedade* (UFMG), v. 19, p. 1-35, 2011.
- _____. Os determinantes dos resultados de soma positiva em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. *Revista de Sociologia e Política* (UFPR. Impresso), v. 21, p. 91-112, 2013.
- _____. What is the best strategy to obtain legislative support? Survey evidence from brazilian state assemblies?. *Brazilian Political Science Review*, v. 6, p. 88-113, 2012.
- PARO, J. P. Sistema Brasileiro de Comissões Parlamentares. *E-Legis*, 2014.
- PEGURIER, F. J. H. Political careers and the chamber of deputies in Brazil. Riel - *Revista Ibero-americana de Estudos Legislativos*. n. 2. out. Rio de Janeiro. FGV. 2012.
- PEREIRA, C.; POWER, Timothy; RAILE, Eric. Presidencialismo de coalizão e recompensas paralelas: explicando o escândalo do mensalão. In: Magna Inacio; Lucio Renno. (Org.). *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- PEREIRA, V. Comissão parlamentar de inquérito, representação proporcional e minoria parlamentar: estudo de caso. *E-Legis*, v. 5, p. 20-30, 2010.

- PERISSINOTTO, Renato M.; MIRÍADE, A. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. *Dados* (Rio de Janeiro. Impresso), v. 52, p. 301-333, 2009.
- POWER, T. J. O presidencialismo de coalizão na visão dos parlamentares brasileiros. In: Power, Timothy; Zucco Jr., Cesar. (Org.). *O Congresso por ele mesmo*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- PRAÇA, S. A organização do processo orçamentário nas assembleias legislativas brasileiras. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 17, p. 1, 2012.
- PRAÇA, S.; NORONHA, L. Políticas públicas e a descentralização da Assembleia Constituinte Brasileira, 1987-1988. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), v. 27, p. 131-147, 2012.
- PRATES, M. M. B. Caminhos decisórios de CPIs: uma descrição desde a criação até o relatório final. *E-Legis*, v. 12, p. 94, 2014.
- PROGREBINSCHI, T; SANTOS, F. G. M. Participação como representação: o impacto das conferências nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional. *Dados* (Rio de Janeiro. Impresso), v. 54, p. 21-47, 2011.
- RANINCHESKI, Sonia; CORDEIRO, Nathália Rodrigues . Democracia processual ou participativa: a visão do PSDB e PT na Câmara dos Deputados do Brasil. *Revista Debates* (UFRGS), v. 2, p. 213-244, 2008.
- REIS, M. A. Cidadania legislativa: um balanço dos dez anos da comissão de legislação participativa da Câmara dos Deputados. Brasília. *E. Legis*, 2012.
- RENNÓ, L.; WOJCIK, S. The changing role of ministers in the legislative agenda in Brazil. *Revista Ibero-americana de Estudos Legislativos*, v. 4, p. 57, 2015.
- RICCI, P.; LEMOS, L. R. Individualismo e partidarismo na lógica parlamentar: o antes e o depois das eleições. In: César Zucco e Timothy Power. (Org.). *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

- RICCI, P.; TOMIO, F. O Poder da caneta. A medida provisória no processo legislativo estadual. *Opinião Pública* (Unicamp. Impresso), v. 18, p. 255-277, 2012.
- ROCHA, M. M.; COSTA, Alessandra R. Percepções dos deputados estaduais sobre o sistema de comissões das assembleias estaduais brasileiras. *Opinião Pública* (Unicamp. Impresso), v. 18, p. 278-308, 2012.
- ROMA, Celso. Os efeitos da migração interpartidária na conduta parlamentar. *Dados* (Rio de Janeiro) v. 50, p. 351-392, 2007.
- SAIEGH, S. M. Avaliação das Taxas de Sucesso Legislativo dos Chefes do Executivo. In: Magna Inácio; Lucio Renno. (Org.). *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, v. p. 105-131.
- SANTA HELENA, Eber Z. Conflitos temporais entre os processos legislativos ordinário e orçamentário. *E-Legis*, v. 6, p. 6-22, 2011.
- SANTANA, Nilson Matias de. A relação agente-principal entre deputados federais e gestores administrativos na Câmara dos Deputados. *E-Legis*, v. 1, p. 52, 2013.
- _____. Reforma administrativa do Poder Executivo e ações de modernização da Câmara dos Deputados. *E-Legis*, v. 1, p. 82-99, 2014.
- SANTOS, Carla Danice de Melo. O poder conclusivo das comissões na Câmara dos Deputados na 52ª legislatura. *E-Legis*, nº 1, 2008.
- SANTOS, F. G. M. Poder de atração, complexidade institucional e processo decisório: análise comparada de Assembleias Legislativas no Brasil. In: Rachel Meneguello. (Org.). *O Legislativo brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública*. 1. ed. Brasília: Secretaria Especial de Comunicação Social. Senado Federal, 2012.
- SANTOS, F. G. M.; ALMEIDA, A. S. *Fundamentos informacionais do presidencialismo de coalizão*. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2011.

- _____. A política das medidas provisórias: uma delegação com bases informacionais. In: *Fundamentos informacionais do presidencialismo de coalizão*. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2011.
- _____. Requerimentos de urgência e o problema informacional na Câmara dos Deputados. In: *Fundamentos informacionais do presidencialismo de coalizão*. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2011.
- _____. Teoria informacional e seleção de relatores na Câmara dos Deputados. In: *Fundamentos informacionais do presidencialismo de coalizão*. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2011.
- SANTOS, Manoel Leonardo. *Representação de interesses na arena legislativa: os grupos de pressão na Câmara dos Deputados* (1983-2012). Texto para Discussão (Ipea. Brasília), v. 1975, p. 7-39, 2014.
- _____. Representação de Interesses na Câmara dos Deputados: o lobby e o sucesso da Agenda Legislativa da Indústria. *Revista Ibero-americana de Estudos Legislativos*, v. 1, p. 52-70, 2014.
- SANTOS, Manoel Leonardo; BATISTA, Mariana; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; ROCHA, E. C. Financiamento de campanha e apoio parlamentar à Agenda Legislativa da Indústria na Câmara dos Deputados. *Opinião Pública*, v. 21, p. 33-59, 2015.
- SANTOS, Manoel Leonardo; CUNHA, L. *Percepções sobre a regulamentação do lobby no Brasil: convergências e divergências*. Texto para Discussão (Ipea. Brasília), v. 2141, p. 1-58, 2015.
- _____. *Propostas de regulamentação do lobby no Brasil: uma análise comparada*. Texto para Discussão (Ipea. Brasília), v. TD-2094, p. 7-48, 2015.
- SANTOS, Manoel Leonardo; LINAN, A. P.; MONTERO, Mercedes Garcia. El control presidencial de la agenda legislativa en América Latina. *Revista de Ciencia Política* (Santiago. Impresa), v. 43, p. 511-536, 2014.
- SANTOS, T. T. Da gênese ao funcionamento de uma comissão Permanente na Câmara dos Deputados. *E-Legis*, v. 18, p. 1, 2015.

- SILAME, Thiago; MEIRA, J. F. Entre a delegação e o lobby: um estudo de caso sobre o processo de criação da Agência Nacional de Aviação Civil. *Revista Ibero-americana de Estudos Legislativos*, v. 1, p. 35-51, 2014.
- SILVA JÚNIOR, J. A.; FIGUEIREDO FILHO, D. B. Marolas ou *tsunamis*? O impacto das ondas de renovação sobre a profissionalização dos deputados federais (1999-2003). *Revista de Sociologia e Política (On-line)*, v. 20, p. 199-211, 2012.
- SILVEIRA, A. O perfil do Poder Legislativo da capital e do estado de mato grosso (1983/2004). *Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso)*, v. 17, p. 271-299, 2009.
- SOARES, Kelly C. C. Por que os atores mudaram as regras do jogo? O processo legislativo da PEC da reeleição. *Política Hoje (UFPE. Impresso)*, v. 21, p. 417-487, 2012.
- SOARES, Márcia Miranda. Influência majoritária em eleições proporcionais: os efeitos presidenciais e governatoriais sobre as eleições para a câmara dos deputados brasileira (1994-2010). *Dados* (Rio de Janeiro. Impresso), v. 56, p. 413-437, 2013.
- SPECK, Bruno Wilhelm; BIZZARRO NETO, F. A. A “força” das oposições nas Assembleias Legislativas brasileiras. *Em Debate* (Belo Horizonte), v. 4, p. 11-19, 2012.
- SUGIYAMA, N. B. O bolsa-família: visões desde cima e de baixo. In: Timothy Power; Cesar Zucco. (Org.). *O Congresso por ele mesmo: Autopercepções da elite política brasileira*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- TELES, Clay S. Mudanças entre partidos na Câmara dos Deputados: sazonalidade e o impacto da fidelidade partidária. *E-Legis*, v. 16, p. 56-78, 2015.
- TOMIO, F. R. L.; RICCI, P. O governo estadual na experiência política brasileira: as performances legislativas das assembleias estaduais. *Revista de Sociologia e Política (On-line)*, v. 20, p. 193-259, 2012.
- VIEIRA, R. M. O estudo do lobby no legislativo – o caso de sucesso da CDU-CD. *E-Legis*, v. 2, p. 39-46, 2009.

- WEBER, PRAÇA. Legislative organization and executive success rate at the subnational level: a comparison of Brazil and Germany, 1990-2010. *Revista Ibero-americana de Estudos Legislativos*, v. 1, p. 13-24, 2014.
- ZAMPIERI, E. Ação dos grupos de pressão no processo decisório das comissões permanentes no Congresso Nacional. *E-Legis*. 2014.
- ZUCCO JR, C. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: Power, Timothy; Zucco Jr., Cesar. (Org.). *O Congresso por ele mesmo*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

Resumo

A Ciência Política contemporânea teve um ponto de inflexão na construção do conhecimento sobre as realidades políticas e sociais com a publicação da obra *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*, de King, Keohane e Verba (1994). Os autores empreendem maior sistematicidade aos desenhos de pesquisa nas diversas áreas das Ciências Sociais. E apontam a construção de inferências válidas como o objetivo principal da pesquisa científica. As discussões em torno de *Designing Social Inquiry* e o foco na construção de inferências válidas orientou a criação de um amplo portfólio metodológico à disposição dos cientistas políticos. Esse leque multifacetado de possibilidades inferenciais levou Rezende (2016) a cunhar o termo *Pluralismo Inferencial* "em que coexistem múltiplas lógicas de causação para a produção de inferências válidas" (REZENDE, 2016). Com o objetivo investigar as técnicas e os testes de hipótese mobilizados pelos pesquisadores de nossas instituições legislativas, o presente trabalho utilizou o *Modelo de Engrenagens Analíticas* (MEA) (REZENDE, 2015) para consubstanciar o diagnóstico. Os achados apontam que há espaço para incremento metodológico da área dos estudos legislativos no Brasil, especialmente no que se refere: à integração entre as metodologias quantitativas e qualitativas, as estratégias de identificação e discussões mais aprofundadas sobre o viés de seleção.

Palavras-chave: Estudos legislativos; Pluralismo inferencial; Métodos; Testes de hipótese.

Abstract

A contemporary political science had a turning point in the construction of the knowledge on the political and social realities with the publication of the work *Project of Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research* of the King, Keohane and Verba (1994). The authors undertake a greater systematization of research designs in the various areas of social sciences. And they point to the construction of valid inferences as the main objective of scientific research. As discussions around *Designing Social Inquiry* and the focus on constructing valid inferences guiding the creation of a broad methodological map at the disposal of political scientists. This is the case of multiple faculties of reaction testing (2016) which coined the term Inferential Pluralism “in which multiple causation logics coexist for the production of valid inferences” (REZENDE, 2016). The objective of this study was to investigate the techniques and hypothesis tests mobilized by the researchers of our legislative institutions, the present work using the *Analytical Steering Framework* (MEA) (Rezende, 2015) for the consubstantial diagnosis. The findings indicate that there is room for methodological enhancement in the field of non-Brazilian legislative studies, especially not referring to: the integration between quantitative and qualitative methodologies, as a strategy for identification and more in-depth discussions on the selection bias.

Keywords: Legislative studies; Inferential pluralism methods; Hypothesis testing.

Recebido em 15 de dezembro de 2017.

Aprovado em 5 de abril de 2018.